

outra documentação científica citada no *curriculum vitae* do candidato, em suporte de papel, a mesma será entregue em 10 dias úteis.

Os documentos comprovativos da posse dos requisitos gerais de recrutamento em funções públicas, podem ser substituídos por declaração prestada no requerimento/formulário, disponível nos Serviços Académicos da Reitoria da UNL e *on-line*, relativamente aos candidatos pertencentes a uma das suas Unidades Orgânicas.

Os candidatos que não pertencem às Unidades Orgânicas da U.N.L., devem apresentar o comprovativo da posse dos requisitos exigidos.

Os candidatos deverão entregar, dentro do prazo referido no preâmbulo deste Edital, os seus requerimentos/formulários instruídos com os documentos mencionados neste Aviso de Abertura.

III — Os critérios e indicadores de avaliação, com vista à avaliação e seriação dos candidatos, que mereceram a aprovação do júri, são os seguintes:

A — Avaliação do Desempenho Científico. Ponderação (50 %):

1) A produção científica realizada (livros, capítulos de livro, artigos em jornais científicos, comunicações em conferências, patentes, e outras formas de produção científica que sejam consideradas como relevantes pelo júri), em termos da sua qualidade e quantidade, valorizada pelo impacto e reconhecimento junto da comunidade científica. Deverá ser valorizado o mérito científico de candidatos cuja produção científica revele autonomia e liderança científica. O impacto e reconhecimento da produção científica dos candidatos poderão ser aferidos pela qualidade dos locais de publicação e apresentação dos seus trabalhos, e pelas referências que lhes são feitas por outros autores;

2) A capacidade de organizar e liderar equipas científicas, angariar projectos, assim como a actividade revelada na orientação de formação avançada (mestrados, doutoramentos e pós-doutoramentos);

3) O reconhecimento científico nacional e internacional revelado pelo *curriculum* do candidato, através da análise de diversos factores, entre os quais se incluem a participação em júris de provas académicas realizadas fora da sua instituição de origem, a participação em painéis de avaliação de projectos e centros de investigação, a participação em comissões científicas de conferências, a criação e a participação no corpo editorial de jornais científicos internacionais, a atribuição de prémios científicos, a participação em redes de investigação e o exercício de car-

gos de direcção de sociedades científicas e profissionais de referência nas respectivas áreas.

4) O impacto social e económico da actividade científica desenvolvida. Deve ser dada particular atenção aos resultados alcançados em transferência de tecnologia e criação de empresas de base tecnológica.

B — Capacidade Pedagógica. Ponderação: (35 %):

1) A actividade pedagógica do candidato tendo em atenção a capacidade de dinamizar e coordenar projectos pedagógicos, tais como o desenvolvimento de novos programas de disciplinas, a criação e coordenação de novos cursos ou programas de estudos, a reforma de disciplinas já existentes, a participação em órgãos de gestão pedagógica e a realização de projectos com impacto no processo de ensino/aprendizagem.

2) A produção de material pedagógico realizada pelo candidato, nomeadamente livros, artigos em publicações de índole pedagógica e documentos de apoio aos alunos nas suas várias formas e suportes.

3) A docência de disciplinas enquadradas em diferentes tipos de ciclos de estudos — licenciatura, mestrado, programas de doutoramento, cursos de pós-graduação e escolas de verão nacionais e internacionais.

4) A qualidade da actividade lectiva, a qual deverá apoiar-se tanto quanto possível numa análise objectiva dessa actividade. Com este objectivo, o júri poderá recorrer à informação disponibilizada pelos candidatos, nomeadamente através de relatórios de avaliação pedagógica realizada pelos seus pares, e do resultado de inquéritos pedagógicos.

C — Outras Actividades Relevantes para a Missão da Instituição de Ensino Superior: Ponderação (15 %):

A participação e desempenho em órgãos de gestão das instituições em que esteve integrado. A participação e desempenho de tarefas atribuídas por órgãos de gestão das instituições a que esteve vinculado e que se incluem no âmbito da actividade de docente universitário. A participação e desempenho de tarefas de extensão universitária e de divulgação científica. O desempenho de tarefas de valorização económica e social do conhecimento, nomeadamente através de prestações de serviços à comunidade.

Cada membro do júri efectuará o seu exercício de avaliação, pontuando cada candidato em relação a cada critério na escala numérica de 0 a 100 pontos. As ponderações atribuídas aos critérios e indicadores específicos são os constantes da tabela seguinte:

Critério	Ponderação do critério	Forma de cálculo da nota do critério
Mérito científico (MC).	P _{MC}	Este critério será classificado por uma nota global de 0 a 100 (MC) atribuindo de 0 a 70 pontos aos indicadores específicos 1 e 2 e de 0 a 30 pontos aos indicadores específicos 3 e 4 referidos no artigo 7.º do Regulamento n.º 98/2011.
Mérito pedagógico (MP)	P _{MP}	Este critério será classificado por uma nota global de 0 a 100 (MC) atribuindo de 0 a 50 pontos aos indicadores específicos 1 e 2 e de 0 a 50 pontos aos indicadores específicos 3 e 4 referidos no artigo 7.º do Regulamento n.º 98/2011.
Mérito pedagógico e científico do relatório.	P _{MPCR}	Este critério será classificado por uma nota global de 0 a 100 pontos (MPCR).
Mérito de outras actividades relevantes para a UNL	P _{MOAR}	Este critério será classificado por uma nota global de 0 a 100 pontos (MOAR).

As actas do júri onde constam os parâmetros de avaliação, respectiva ponderação e os indicadores, serão facultadas aos candidatos, sempre que solicitadas.

IV — O júri tem a seguinte constituição:

Presidente: Prof. Doutor José Esteves Pereira, Vice-Reitor da Universidade Nova de Lisboa, por delegação de competências.

Vogais:

Doutor Amadeu Leão Santos Rodrigues, Professor Catedrático Jubilado da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa;

Doutor Aníbal Traça de Carvalho Almeida, Professor Catedrático da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra;

Doutor António Carlos Sepúlveda Machado e Moura, Professor Catedrático da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto;

Doutor Joaquim António Fraga Gonçalves Dente, Professor Catedrático do Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa;

Doutor Carlos Manuel Pereira Cabrita, Professor Catedrático da Universidade da Beira Interior;

Doutor Adolfo Sanchez Steiger Garção, Professor Catedrático da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa.

V — Avaliação das candidaturas:

1) Terminado o prazo das candidaturas, reúne-se o júri para avaliação e ordenação dos candidatos. No caso de haver exclusão de algum dos candidatos, proceder-se-á à audiência prévia, nos termos do artigo 100.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo.

2) Apreciadas as respostas dos candidatos excluídos e após a respectiva deliberação, ou no caso da admissão da totalidade dos candidatos, o júri procederá à avaliação e ordenação dos mesmos, à luz dos critérios mencionados no número IV.

VI — Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

E para constar se lavrou o presente Edital.

27 de Setembro de 2011. — O Reitor, Prof. Doutor António Manuel Bensabat Rendas.

205171261

Edital n.º 926/2011

Nos termos do artigo 39.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 448/79, de 13 de Novembro, com a nova redacção introduzida pelo Decreto-Lei n.º 205/2009, de 31 de Agosto, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 168, de 31 de Agosto de 2009, o Reitor da Universidade Nova de Lisboa, Prof. Doutor António Manuel Bensabat Rendas, por despacho de vinte e um de Julho de dois mil e onze, faz saber que está aberto concurso documental, pelo prazo de 30 dias úteis, a contar do dia

imediatamente ao da publicação deste Edital no *Diário da República*, para recrutamento de um posto de trabalho de professor catedrático na área disciplinar de Engenharia Química — Modelação e Simulação de Processos Químicos da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa.

O presente concurso é documental, tem carácter internacional e rege-se pelas disposições constantes dos artigos 37.º e seguintes do referido Estatuto, bem como pelo Regulamento de Concursos da Universidade Nova de Lisboa e da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNL, publicados em anexo aos Regulamentos n.º 687/2010 (*Diário da República*, 2.ª série, n.º 158, de 16 de Agosto) e 98/2011 (*Diário da República*, 2.ª série, n.º 27, de 8 de Fevereiro) respectivamente.

I — Em conformidade com o que determina o referido Estatuto da Carreira Docente Universitária, é requisito para a candidatura ao concurso em apreço, nos termos do artigo 40.º:

- a) Ser titular do grau de doutor há mais de 5 anos;
- b) Ser detentor do título de agregado.

II — Os candidatos apresentarão os seus requerimentos de preferência em suporte digital, presencialmente na Reitoria da Universidade Nova de Lisboa, sita no Campus de Campolide, 1099-085 Lisboa, por via postal ou através de correio electrónico, em formulário disponível na Divisão de Concursos e Provas Académicas e *on line*.

O processo de candidatura deverá ser instruído com a documentação a seguir indicada:

- a) Documentos comprovativos do preenchimento dos requisitos exigidos no número i;
- b) Declaração do tempo de serviço após a obtenção do grau de doutor;
- c) 8 Exemplares em suporte digital do *curriculum vitae*. Este deve incluir uma parte inicial intitulada declaração de compromisso com o desenvolvimento da carreira (research and teaching statement) onde o candidato se apresenta;
- d) 8 Exemplares em suporte digital das publicações associadas a trabalhos (3 a 8) citados na declaração de compromisso com o desenvolvimento da carreira (research and teaching statement);
- e) Se o candidato não for de nacionalidade portuguesa ou de um país cuja língua oficial seja o português ou o inglês, certificação reconhecida internacionalmente do domínio da língua inglesa a um nível que permita a leccionação nessa língua;
- f) Declaração sob compromisso de honra, de que se o júri optar por solicitar a documentação indicada nas alíneas b), c) d) e e) ou qualquer outra documentação científica citada no *curriculum vitae* do candidato, em suporte de papel, a mesma será entregue em 10 dias úteis.

Os documentos comprovativos da posse dos requisitos gerais de recrutamento em funções públicas, podem ser substituídos por declaração prestada no requerimento/formulário, disponível nos Serviços Académicos da Reitoria da UNL e *on-line*, relativamente aos candidatos pertencentes a uma das suas Unidades Orgânicas.

Os candidatos que não pertencem às Unidades Orgânicas da UNL, devem apresentar o comprovativo da posse dos requisitos exigidos.

Os candidatos deverão entregar, dentro do prazo referido no preâmbulo deste Edital, os seus requerimentos/formulários instruídos com os documentos mencionados neste aviso de abertura.

III — Os critérios e indicadores de avaliação, com vista à avaliação e seriação dos candidatos, que mereceram a aprovação do júri, são os seguintes:

A — Avaliação do Desempenho Científico. Ponderação (65 %):

1) A produção científica realizada (livros, capítulos de livro, artigos em jornais científicos, comunicações em conferências, patentes, e outras

formas de produção científica que sejam consideradas como relevantes pelo júri), em termos da sua qualidade e quantidade, valorizada pelo impacto e reconhecimento junto da comunidade científica. Deverá ser valorizado o mérito científico de candidatos cuja produção científica revele autonomia e liderança científica. O impacto e reconhecimento da produção científica dos candidatos poderão ser aferidos pela qualidade dos locais de publicação e apresentação dos seus trabalhos, e pelas referências que lhes são feitas por outros autores;

2) A capacidade de organizar e liderar equipas científicas, angariar projectos, assim como a actividade revelada na orientação de formação avançada (mestrados, doutoramentos e pós-doutoramentos);

3) O reconhecimento científico nacional e internacional revelado pelo *curriculum* do candidato, através da análise de diversos factores, entre os quais se incluem a participação em júris de provas académicas realizadas fora da sua instituição de origem, a participação em painéis de avaliação de projectos e centros de investigação, a participação em comissões científicas de conferências, a criação e a participação no corpo editorial de jornais científicos internacionais, a atribuição de prémios científicos, a participação em redes de investigação e o exercício de cargos de direcção de sociedades científicas e profissionais de referência nas respectivas áreas.

4) O impacto social e económico da actividade científica desenvolvida. Deve ser dada particular atenção aos resultados alcançados em transferência de tecnologia e criação de empresas de base tecnológica.

B — Capacidade Pedagógica. Ponderação: (30 %):

1) A actividade pedagógica do candidato tendo em atenção a capacidade de dinamizar e coordenar projectos pedagógicos, tais como o desenvolvimento de novos programas de disciplinas, a criação e coordenação de novos cursos ou programas de estudos, a reforma de disciplinas já existentes, a participação em órgãos de gestão pedagógica e a realização de projectos com impacto no processo de ensino/aprendizagem.

2) A produção de material pedagógico realizada pelo candidato, nomeadamente livros, artigos em publicações de índole pedagógica e documentos de apoio aos alunos nas suas várias formas e suportes.

3) A docência de disciplinas enquadradas em diferentes tipos de ciclos de estudos — licenciatura, mestrado, programas de doutoramento, cursos de pós-graduação e escolas de verão nacionais e internacionais.

4) A qualidade da actividade lectiva, a qual deverá apoiar-se tanto quanto possível numa análise objectiva dessa actividade. Com este objectivo, o júri poderá recorrer a informação disponibilizada pelos candidatos, nomeadamente através de relatórios de avaliação pedagógica realizada pelos seus pares, e do resultado de inquéritos pedagógicos.

C — Outras Actividades Relevantes para a Missão da Instituição de Ensino Superior: Ponderação (5 %):

A participação e desempenho em órgãos de gestão das instituições em que esteve integrado. A participação e desempenho de tarefas atribuídas por órgãos de gestão das instituições a que esteve vinculado e que se incluem no âmbito da actividade de docente universitário. A participação e desempenho de tarefas de extensão universitária e de divulgação científica. O desempenho de tarefas de valorização económica e social do conhecimento, nomeadamente através de prestações de serviços à comunidade.

Cada membro do júri efectuará o seu exercício de avaliação, pontuando cada candidato em relação a cada critério na escala numérica de 0 a 100 pontos. As ponderações atribuídas aos critérios e indicadores específicos são os constantes da tabela seguinte:

Critério	Ponderação do critério	Forma de cálculo da nota do critério
Mérito científico (MC).	P _{MC}	Este critério será classificado por uma nota global de 0 a 100 (MC) atribuindo de 0 a 70 pontos aos indicadores específicos 1 e 2 e de 0 30 pontos aos indicadores específicos 3 e 4 referidos no artigo 7.º do Regulamento n.º 98/2011.
Mérito pedagógico (MP)	P _{MP}	Este critério será classificado por uma nota global de 0 a 100 (MC) atribuindo de 0 a 50 pontos aos indicadores específicos 1 e 2 e de 0 50 pontos aos indicadores específicos 3 e 4 referidos no artigo 7.º do Regulamento n.º 98/2011.
Mérito de outras actividades relevantes para a UNL.	P _{MOAR}	Este critério será classificado por uma nota global de 0 a 100 pontos (MOAR).

As actas do júri onde constam os parâmetros de avaliação, respectiva ponderação e os indicadores, serão facultadas aos candidatos, sempre que solicitadas.

IV — O júri tem a seguinte constituição:

Presidente:

Prof. Doutor José Esteves Pereira, vice-reitor da Universidade Nova de Lisboa, por delegação de competências.

Vogais:

Doutor Esteban Saadtdjian, professor catedrático do Institut National Polytechnique de Lorraine, França;

Doutora Maria Margarida Lopes Figueiredo, professora catedrática da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra;

Doutor Alirio Egidio Rodrigues, professor catedrático da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto;

Doutor José Joaquim Cruz Pinto, professor catedrático da Universidade de Aveiro;

Doutor Manuel Luís de Magalhães Nunes da Ponte, professor catedrático da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa;

Doutor Manuel José Teixeira Carrondo, professor catedrático da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa;

Doutor João Paulo Serejo Goulão Crespo, professor catedrático da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa.

V — Avaliação das candidaturas:

1 — Terminado o prazo das candidaturas, reúne-se o júri para avaliação e ordenação dos candidatos. No caso de haver exclusão de algum dos candidatos, proceder-se-á à audiência prévia, nos termos do artigo 100.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo.

2 — Apreciadas as respostas dos candidatos excluídos e após a respectiva deliberação, ou no caso da admissão da totalidade dos candidatos, o júri procederá à avaliação e ordenação dos mesmos, à luz dos critérios mencionados no número IV.

VI — Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

E para constar se lavrou o presente Edital.

27 de Setembro de 2011. — O Reitor, *Prof. Doutor António Manuel Bensabat Rendas*.

205171934

UNIVERSIDADE DO PORTO

Faculdade de Engenharia

Despacho (extracto) n.º 13344/2011

Por despacho de 8 de Julho de 2011, do Director da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, foi renovada a Coordenação Técnica à Mestre Susana Maria da Silva Santos Gaio, da Unidade de Sistemas de Informação, do Centro de Informática Professor Correia de Araújo, pelo período de dois anos, com efeitos a partir de 1 de Junho de 2011, de acordo com o n.º 3 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de Março. (Não carece do visto do Tribunal de contas. Não são devidos emolumentos.)

27 de Setembro de 2011. — A Chefe de Divisão da Divisão de Recursos Humanos, *Maria Emília Santos Silva*.

205172955

Despacho (extracto) n.º 13345/2011

Por despacho de 08 de Julho de 2011, do Director da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, foi renovada a Coordenação Técnica à Mestre Carmen Ctistina Miranda de Lima, da Unidade de Administração de Sistemas, do Centro de Informática Professor Correia de Araújo, pelo período de dois anos, com efeitos a partir de 08 de Junho de 2011, de acordo com o n.º 3 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de Março. (Não carece do visto do Tribunal de contas. Não são devidos emolumentos.)

27 de Setembro de 2011. — A Chefe de Divisão da Divisão de Recursos Humanos, *Maria Emília Santos Silva*.

205173619

Despacho (extracto) n.º 13346/2011

Por despacho de 8 de Julho de 2011, do Director da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, foi renovada a Coordenação Técnica ao Mestre Jorge Alberto Canhoto Coutinho da Rocha, da Unidade de Infra-Estruturas e Redes de Comunicação, do Centro de Informática Professor Correia de Araújo, pelo período de dois anos, com efeitos a partir de 08 de Junho de 2011, de acordo com o n.º 3 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de Março. (Não carece do visto do Tribunal de contas. Não são devidos emolumentos.)

27 de Setembro de 2011. — A Chefe de Divisão da Divisão de Recursos Humanos, *Maria Emília Santos Silva*.

205173351

Despacho (extracto) n.º 13347/2011

Por despacho de 08 de Julho de 2011, do Director da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, foi renovada a Coordenação

Técnica ao Mestre António Francelino Gomes Viana, da Unidade de Microinformática e Suporte ao Utilizador, do Centro de Informática Professor Correia de Araújo, pelo período de dois anos, com efeitos a partir de 08 de Junho de 2011, de acordo com o n.º 3 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de Março. (Não carece do visto do Tribunal de contas. Não são devidos emolumentos.)

27 de Setembro de 2011. — A Chefe de Divisão de Recursos Humanos, *Maria Emília Santos Silva*.

205173538

UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

Faculdade de Arquitectura

Despacho (extracto) n.º 13348/2011

Por meu despacho de 01/03/2011, proferido por delegação de competências:

Susana Maria Piteira Palhas Pires — é celebrado contrato de trabalho em funções públicas, por tempo indeterminado, da carreira geral de Assistente Técnico na categoria de Assistente Técnico, proveniente de procedimento concursal comum, sendo remunerada entre 2.ª e 3.ª posição remuneratória e entre nível remuneratório 7.º e 8.º da tabela remuneratória, com efeitos a partir de 1 de Março de 2011. (Não carece de fiscalização prévia do T.C.)

27 de Setembro de 2011. — O Presidente da Faculdade, *Doutor Jorge Manuel Couceiro da Costa*, professor associado.

205171537

Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas

Regulamento (extracto) n.º 537/2011

Por despacho do Presidente do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa, de 15 de Setembro de 2011, proferido por competência própria, nos termos do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 107/2008, de 25 de Junho, conjugado com a alínea *b*) do artigo 35.º dos Estatutos do ISCSP, se manda publicar o Regulamento Geral dos Cursos do 1.º Ciclo de Estudos do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP) da Universidade Técnica de Lisboa (UTL).

27 de Setembro de 2011. — O Presidente, *Prof. Cat. João Abreu de Faria Bilhim*.

Regulamento Geral dos Cursos do 1.º Ciclo de Estudos

Nos termos do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 107/2008, de 25 de Junho, que altera e republica o Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março, o órgão legal estatutariamente competente de cada estabelecimento de ensino superior deve aprovar as normas regulamentares das licenciaturas que ministra.

Por seu turno, considerando que o Despacho Reitoral n.º 18 161-H/2007, publicado no *Diário da República*, n.º 156, 2.ª série, de 14 de Agosto de 2007, e alterado pelo Despacho Reitoral n.º 69/UTL/2010 (Despacho n.º 15970/2010, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 205, de 21 de Outubro de 2010), que adequa o curso de licenciatura em Administração Pública ao regime jurídico fixado pelo Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março;

o Despacho Reitoral n.º 22 129 — V/2007, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 182, de 20 de Setembro de 2007, alterado pelo Despacho n.º 14062/2010, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 174, de 7 de Setembro de 2010, que adequa o curso de licenciatura em Antropologia;

o Despacho Reitoral n.º 22 129-AA/2007, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 182, de 20 de Setembro de 2007, que adequa o curso de licenciatura em Comunicação Social, aplicável à licenciatura em Ciências da Comunicação;

o Despacho Reitoral n.º 23 010-N/2007, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 191, de 3 de Outubro de 2007, que adequa o curso de licenciatura em Política Social, aplicável à licenciatura em Serviço Social;

o Despacho Reitoral n.º 20 658-P/2007, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 173, de 7 de Setembro de 2007, que adequa o curso de licenciatura em Relações Internacionais;

o Despacho Reitoral n.º 22 129 — AD/2007, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 182, de 20 de Setembro de 2007, que adequa o curso de licenciatura em Sociologia do Trabalho e alterado pelo Despa-